

Qualidades primárias e secundárias

Barry Stroud*

Na antiguidade se esboçou uma distinção metafísica entre qualidades que realmente pertenceriam aos objetos no mundo e qualidades que parecem pertencer particularmente a eles, ou que os seres humanos somente acreditam pertencer a eles, devido aos efeitos que esses objetos produzem nos seres humanos, normalmente através dos órgãos dos sentidos. Segundo Demócrito: “por convenção (*nomoi*) há a cor; por convenção, há o doce; por convenção, há o amargo; mas na verdade (*etei*) há átomos e o vazio.” As cores, o doce, o amargo, diz-se neste caso que existem somente “por convenção”: como algo que não reside em nenhum lugar na natureza, mas é produzido pela ou recebe a contribuição dos seres humanos em sua interação com um mundo, o qual contém, na realidade, somente átomos de determinados tipos no vazio. Pensar que alguns objetos no mundo são coloridos ou doces ou amargos, é atribuir a eles qualidades as quais, nesse ponto de vista, eles não possuem de fato.

Os objetos devem possuir uma qualidade ou outra para produzirem seus efeitos, assim a visão é, não que não existem, de modo nenhum, qualidades nos objetos que levam os perceptores a atribuir certas qualidades a eles. Ao contrário, apenas que algumas qualidades que são atribuídas aos objetos (por exemplo, a cor, a doçura, o amargo), não são possuídas por aqueles objetos. O conhecimento da natureza é o conhecimento de quais qualidades os objetos de fato possuem, e de como eles produzem seus efeitos. Para Demócrito, os átomos realmente possuíam certas qualidades (por exemplo, forma, tamanho, movimento) as quais eram responsáveis por todos os efeitos que esses produziam. Reivindicar tal conhecimento é atribuir certas qualidades aos objetos; quanto mais rico o conhecimento for, mais essas qualidades serão atribuídas. Mas quando essa atribuição é verdadeira, ou constitui conhecimento, as qualidades não são *meramente* atribuídas: elas estão também de fato presentes nos objetos. A visão metafísica sustenta que

* Retirado de: *Companion to Epistemology*, edited by Jonathan Dancy, Ernest Sosa, and Matthias Steup. – 2nd ed. 2010 – (Blackwell companions to philosophy), pp. 609-613. Tradução: Jaimir Conte.

essas são de fato as únicas qualidades que os objetos possuem. O resto de nossa concepção do mundo tem origem em nós mesmos.

Galileu estabeleceu uma distinção similar ao explicar a lacuna entre a maneira como o mundo normalmente aparece aos seres que o percebem, e a verdade revelada sobre ele pela “nova ciência”. Se os órgãos dos sentidos dos animais os fossem suprimidos – disse Galileu – a forma, o número, e o movimento dos corpos permaneceriam, mas todas as cores, os odores, os sons e etc. seriam “abolidos e aniquilados”. Para ele, todas essas qualidades, “sem o ser vivo”, não são “nada além de nomes”. Apesar de termos nomes para essas coisas, nós não conseguimos defini-las como algo que realmente pertença aos objetos no mundo. Objetos possuem somente aquelas qualidades que dizem respeito a uma perfeita ciência matemática a qual poderia explicar porque tudo no mundo ocorre da forma que ocorre.

Esta é, então, não uma distinção entre dois tipos de qualidades (“primárias”, e “secundárias”) que os objetos possuem, ou entre qualidades que são atribuídas aos objetos e qualidades que não são, mas sim entre qualidades que objetos de fato possuem e qualidades que são meramente atribuídas a eles, mas que eles não possuem de fato. É uma afirmação a respeito do que realmente é.

Descartes depara-se com nada além de confusão ao tentar atribuir aos objetos aqueles próprios efeitos que eles produzem através dos sentidos. As “sensações” causadas nas mentes das pessoas pelas qualidades dos corpos que os afetam, não poderiam elas mesmas estar em objetos externos. Tampouco faz sentido supor que os corpos possam de alguma maneira se ‘assemelhar’ a esses efeitos sensoriais. Para Descartes, a essência dos corpos é a extensão, de modo que nenhuma qualidade que não seja um modo da extensão poderia pertencer a qualquer corpo que seja. Cores, odores, sons, etc., são, segundo seu ponto de vista, nada a não ser sensações. “Quando dizemos que percebemos cores nos objetos, isso é o mesmo que dizer que percebemos algo nos objetos cuja natureza nos é desconhecida, mas a qual produz em nós uma clara e vívida sensação a qual nós chamamos de sensação de cor”. Se tentarmos pensar em cores como algo real fora de nossas mentes, “é impossível que entendamos que tipo de coisas elas são”.

Isso novamente não é uma distinção entre dois tipos de qualidades que pertencem aos corpos, mas sim uma distinção entre qualidades que pertencem aos corpos, (todas as quais são modos da extensão, tais como a forma, a posição, o movimento, etc.) e o que nós irrefletidamente de forma confusa, chagamos a pensar que são qualidades dos corpos.

O termo “qualidades secundárias”, aparentemente foi cunhado por Robert Boyle (1627 – 91), cuja “filosofia corpuscular” foi partilhada por Locke. Mas, não é fácil saber o que ele ou Locke queriam dizer com o termo. Eles não foram consistentes em seu uso. Locke, como Boyle, distinguiu as qualidades de um objeto dos poderes que eles tinham de produzir efeitos. Eles tinham tais poderes somente em virtude de possuírem algumas qualidades “primárias” ou “reais”. Os efeitos que são produzidos ocorrem tanto em outros corpos quanto na mente. Se na mente, os efeitos são “ideias” (por exemplo, a de cor, ou a de doce, ou a de amargo, ou de ser redondo ou quadrado ou em movimento). Essas ideias são por vezes empregadas em pensamentos para o efeito que o objeto em questão é, por exemplo, colorido ou doce ou amargo, ou redondo ou quadrado ou em movimento. Nós temos esses pensamentos, segundo Locke, por pensar que o objeto em questão “se assemelha” a ideia que nós temos na mente.

Boyle e Locke algumas vezes chamam a cor, o doce, ou o amargo etc., de qualidades “secundárias”. Na visão de Demócrito, Galileu e Descartes, cor, o doce, o amargo, etc., são enganosamente ou de forma confusa pensados como pertencendo aos objetos. Isso implicaria que os objetos não possuem de fato tais qualidades “secundárias”. Mas Locke identifica também “qualidades secundárias” como “aquelas qualidades as quais na verdade não são nada nos objetos em si mesmos a não ser poderes de produzir diversas sensações em nós através de suas qualidades primárias”. (*Ensaio*, 2, 8, 9). Isso pode ser visto de ao menos duas formas. Pode significar que, em adição a suas qualidades “primárias”, tudo o que realmente há em um objeto e que chamamos de colorido, doce ou amargo, etc., é o seu poder de produzir em nós ideias de cor, de doce ou de amargo etc., em virtude da operação dessas qualidades “primárias” ou “reais”. Isso é compatível com o ponto de vista anterior de que cor, doce, amargo etc. não estão de fato nos objetos. Ou isso poderia significar (e parece que significa) que “qualidades secundárias” tais como cor, doce, amargo etc. são elas mesma nada mais que certos poderes que objetos possuem de nos afetar de certa forma. Mas, tais poderes, na visão de Locke, realmente pertencem aos objetos dotados com as apropriadas qualidades “reais” ou “primárias”. Identificar qualidades “secundárias” como estes poderes, implicaria que tais “qualidades secundárias” como cor, doce, amargo etc., desde que não são nada além de poderes, realmente existem ou pertencem aos objetos no fim das contas. A agregação de cores, doçura, etc. aos objetos seria então verdadeira, e não falsa ou confusa como nas visões anteriores.

Uma distinção entre qualidades “primárias” e “secundárias” esboçada desta forma seria então não uma distinção entre qualidades as quais os objetos realmente possuem e qualidades as quais nós erroneamente e de forma confusa pensamos que estes possuem. Isso não seria nem mesmo uma distinção entre tipos de *qualidades* estritamente falando. Ao invés disso, essa seria uma distinção entre qualidades e (certo tipo) de poderes. Ambos de fato pertencendo aos objetos. Mas Locke algumas vezes, confusamente chamou ambas de “qualidades”.

Ele também afirmou que nossas ideias de qualidade “primária” tais como massa, forma, movimento etc. “lembram” as qualidades nos corpos, mas nossas ideias de “qualidades secundárias” assim como cor, doce, amargo, etc. não o fazem. Nesse último caso, diferente do primeiro, “não há nada como nossas ideias que exista nos corpos elas mesmas” (*Ensaio*, 2.8.15). Essa é a forma de Locke dizer o que de fato pertence aos objetos ao nosso redor: somente existe o que a “filosofia corpuscular” afirma existir. Nós de forma errônea agregamos qualidades “secundárias” aos objetos; mas no caso das qualidades “primárias” a agregação é verdadeira. Porém, isso não consiste como ideia de que qualidades “secundárias” as quais nos agregamos, nada são a não ser poderes, desde que essa agregação seria então a agregação de certos poderes, e consequentemente seria verdade para todos os objetos com as apropriadas qualidades “primárias” ou “reais”.

Berkeley se contrapôs à Locke afirmando não fazer sentido falar de uma “semelhança” entre uma ideia e um objeto, assim como Descartes ridicularizou a ideia de que uma sensação se assemelharia ao objeto que a causou. “Uma ideia não pode se assemelhar com nada que não seja uma ideia” diz Berkeley (*Princípios* §8). Essa é uma rejeição comum da explicação de Locke de como somos capazes de pensar em coisas existentes de forma independente da mente. Isso está correto, e funciona contra o que Locke diz sobre nossas ideias de qualidades “primárias” assim como faz quanto ao que ele diz a respeito de nossas ideias de qualidades “secundárias”.

Boyle fala sobre a “textura” de um corpo no qual minúsculos corpúsculos se arranjam de determinada maneira. É em virtude de possuir tal “textura” que o corpo se “dispõe” ao tem o poder de produzir ideias de certos tipos no preceptor, até mesmo quando ninguém está percebendo isso no momento. Para Locke, objetos possuem os poderes que possuem somente por que suas partes minúsculas se arranjam da maneira que são (e as leis da natureza são o que elas são). Em cada caso existe reconhecimento para que seja uma “base” categórica do poder; O

objeto pode fazer tal como o faz somente por que é tal como o é, mesmo que de forma relevante aconteça de ser manter desconhecido a nós. Isso recentemente provocou alguns filósofos a identificarem qualidades “secundárias” não como os poderes os quais objetos têm em nos *afetar* de certa maneira, mas com a “base” qualitativa desses poderes casuais. A cor de um objeto ou o doce ou o amargo etc. poderia então ser alguma qualidade real (mas possivelmente desconhecida) a qual é responsável pelo efeito específico que isso tem em nós. Isso mais uma vez implicaria que qualidades “secundárias”, tão incompreendidas, estão de fato nos objetos. E isso teria por consequência que qualidades “secundárias” são qualidades reais, não meros poderes. Mas isso não deixaria espaço a uma distinção entre qualidades “secundárias” e “primárias” ou qualidades “reais” do corpo. As “bases” de todos os poderes casuais dos objetos devem ser compreendidas em termos de suas qualidades “primárias” ou “reais”.

A defesa da distinção entre essas qualidades as quais de fato pertencem aos objetos e qualidades as quais são erroneamente pensadas com pertencendo a eles, enfrenta o problema epistemológico de como nós podemos conhecer, em qualquer tipo particular de qualidade, se esses pertencem ao primeiro ou ao segundo grupo. O conhecimento científico natural tende a nos dizer quais tipos de objetos existem e qual tipo de qualidade eles possuem. Demócrito, Galileu, Descartes, Locke e a maior parte dos filósofos que evocaram a distinção, pensaram possuir tal conhecimento. Eles confiaram nisso para identificar o primeiro grupo de qualidades. Mas mesmo a atomista ou corpuscular ou nuclear ou qualquer outra ciência física específica, no máximo afirmam as coisas tais como são, e não dizem também quais qualidades os objetos *não* possuem. Então a teoria metafísica deve estabelecer crédito adicional de que as formas de qualidade mencionadas pela ciência de preferência são o único tipo de qualidades que os objetos possuem.

Alguns aparentemente pensaram que a grande variabilidade entre a percepção humana sobre as cores dos objetos, o doce, o amargo etc., em contraste com a uniformidade em suas percepções de forma, tamanho ou posição etc., seria o suficiente para mostrar que as primeiras não pertencem aos objetos, enquanto as segundas o fazem. Mas tais apelos à “relatividade da percepção”, sozinhas são, no mínimo, inconclusivas. Não está claro que há de fato maior variabilidade entre as percepções de um tipo de qualidade do que há de outro. Mas mesmo que houvesse, o máximo que isso mostraria é que não podemos dizer por meio de um único tipo de percepção que um objeto é colorido, ou doce, ou amargo etc. e não que este não possui nenhuma qualidade. O argumento de

Berkeley segue este caminho contra os “filósofos modernos” os quais tentaram provar em termos “relativos” que algumas “qualidades sensíveis” não existem fora da mente.

Duas estratégias principais restam na tentativa de contabilizar qualidades “secundárias” como cor, doce, amargo etc. em um mundo que contem somente objetos com nada além de qualidades “primárias” ou “reais” mencionadas em uma compreensível ciência física. Uma, no espírito de Demócrito, Galileu e Descartes, é garantir que nós temos percepções e crenças sobre tais qualidades, e argumentar que nenhuma delas pode ser explicada sem termos que assumir que objeto algum em nenhum lugar possui de fato alguma cor, ou doçura, ou amargues etc. A explicação seguiria unicamente em termos de qualidades “primárias” ou “reais” mencionadas na compreensiva ciência física ideal. Eles poderiam assim expor as percepções como sendo ilusórias e as crenças como falsas e confusas. Isso levanta grandes questões sobre a relação entre o mental e o físico, e sobre a possibilidade de explicar fenômenos psicológicos com termos exclusivamente físicos.

Outra estratégia é a de mostrar que as qualidades ditas como percebidas ou pensadas nesses casos são qualidades reais que realmente pertencem aos objetos no fim das contas. Isso pode tomar a forma argumentativa de que por ex., a palavra “colorido” simplesmente significa o mesmo que “ter o poder de produzir percepções de cor em seres humanos”, ou significa o mesmo que “ter a qualidade que produz percepções de cor no ser humano”, ou significa o mesmo que o termo físico, qual for que seja, que denote aquela qualidade a qual de fato produz percepções de cor em seres humanos. Essas são todas teses sobre o *significado* dos termos para as alegadas qualidades “secundárias”. Ou isso deveria ser simplesmente mantido como a pressuposta qualidade “secundária” de fato denota exatamente a mesma qualidade denotada por algum termo puramente físico. Isso poderia simplesmente identificar a dita qualidade em questão como alguma qualidade física ou poder (não duas qualidades diferentes, mas somente uma), sem assegurar que os termos que denotem isso tenham o mesmo significado. Em ambos os casos isso teria a consequência de que quando nós vemos uma cor, ou acreditamos que um objeto é colorido, o que nos vemos, ou o que nós acreditamos pertencer aos objetos é aquela exata qualidade física ou poder o qual cor é dita ser. Isso novamente não deixaria distinções entre qualidades as quais realmente pertencem aos objetos e qualidades as quais são erroneamente ou de forma confusa atribuída a eles.